

Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA
Cachoeira Dourada - GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	47.796	252.475
Títulos e valores mobiliários	5	36.705	65.991
Concessionárias, concessionários e permissionários	6	55.738	86.787
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(3.031)	-
Tributos a compensar	7	26.073	8.124
Outros créditos		14.232	12.275
Total do ativo circulante		177.513	425.652
Não circulante			
Tributos diferidos	8	-	9.633
Depósitos vinculados a litígios	9	20.424	19.703
Cauções e depósitos		252	53
Imobilizado	10	697.002	736.364
Intangível		2.451	2.654
Total do ativo não circulante		720.129	768.407
Total dos ativos		<u>897.642</u>	<u>1.194.059</u>

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	15.523	28.653
Folha de pagamento		1.765	1.530
Obrigações fiscais	12	14.237	13.851
Dividendos a pagar		429	252
Taxas regulamentares		4.080	4.365
Parcelamento de tributos	13	2.370	5.335
Programa de pesquisa e desenvolvimento	15	15.712	14.406
Outras obrigações		2.857	2.567
Total do passivo circulante		<u>56.973</u>	<u>70.959</u>
Não circulante			
Tributos diferidos	8	73.077	82.710
Parcelamento de tributos	13	-	3.226
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	7.399	6.548
Total do passivo não circulante		<u>80.476</u>	<u>92.484</u>
Patrimônio líquido	17		
Capital social		64.340	289.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reserva de lucros		7.693	7.693
Proposta de distribuição de dividendos adicional		135.397	142.996
Ajustes de avaliação patrimonial		206.202	244.026
Total do patrimônio líquido		<u>760.193</u>	<u>1.030.616</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u><u>897.642</u></u>	<u><u>1.194.059</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	18	481.262	584.143
Custo do serviço	19	(147.360)	(206.695)
Lucro bruto		333.902	377.448
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas	19	(5.570)	(2.196)
Despesas gerais e administrativas	19	(9.675)	(8.995)
Total das receitas (despesas) operacionais		(15.245)	(11.191)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		318.657	366.257
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	51.897	48.732
Despesas financeiras	20	(2.179)	(5.794)
		49.718	42.938
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		368.375	409.195
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	21	(30.802)	(34.291)
Lucro líquido do exercício		337.573	374.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro do exercício	337.573	374.904
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>337.573</u>	<u>374.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital				Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
			Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizado em curso						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	289.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	299.948	-	179.291	1.122.833	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(55.922)	55.922	-	-	
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	-	-	-	-	-	(179.291)	(179.291)	
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	374.904	-	374.904	
Destinações:											
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	-	-	(287.830)	-	(287.830)	
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	-	(142.996)	142.996	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	289.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	244.026	-	142.996	1.030.616	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(37.824)	37.824	-	-	
Aprovação de dividendos propostos	17	-	-	-	-	-	-	-	(142.996)	(142.996)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	337.573	-	337.573	
Destinações:											
Redução de capital	17	(225.000)	-	-	-	-	-	-	-	(225.000)	
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)	
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	-	(135.397)	135.397	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	206.202	-	135.397	760.193	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	337.573	374.904
Ajuste por:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.031	-
Depreciação e amortização	63.099	81.581
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	896	3.033
Encargos financeiros	740	1.305
	<u>405.339</u>	<u>460.823</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	31.049	87.428
Tributos a compensar	(17.949)	(1.561)
Cauções e depósitos	(199)	-
Depósitos vinculados a litígios	(721)	280
Outros créditos e ativos	(1.957)	(7.245)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(13.130)	3.300
Folha de pagamento	235	(465)
Obrigações fiscais	386	(49.509)
Taxas regulamentares	(285)	(713)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	695	1.935
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(45)	(770)
Outras obrigações e contas a pagar	290	380
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>403.708</u>	<u>493.883</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Título e valores mobiliários	29.286	106.489
Aplicações no imobilizado e no intangível	(23.534)	(12.937)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>5.752</u>	<u>93.552</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Parcelamento especial	(6.320)	(7.290)
Redução de capital	(225.000)	-
Dividendos pagos	(382.819)	(467.121)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(614.139)</u>	<u>(474.411)</u>
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(204.679)</u>	<u>113.024</u>
No início do exercício	252.475	139.451
No final do exercício	<u>47.796</u>	<u>252.475</u>
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(204.679)</u>	<u>113.024</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA (“Companhia” ou “CDSA”), com sede na Rodovia GO 206, KM0 - Cachoeira Dourada – Estado de Goiás, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2014.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3. Informações por segmento

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*"chief operating decision maker"*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - geração de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

2.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.5.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres, depósitos vinculados a litígios e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.5.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.5.1.2. Concessionários, permissionários e consumidores livres

As contas a receber de concessionários, permissionários e consumidores livres referem-se aos créditos de venda de energia comercializados até a data do balanço e contabilizados pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, o que faz com que tal ajuste não apresente um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.1. Ativo financeiro--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros--Continuação

2.5.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.5.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.5.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.3. Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

2.5.4. Instrumentos financeiros: apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.6. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram avaliados pelo valor justo como custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para as normas que contemplam os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, deduzidos das respectivas depreciações. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, e os preceitos do laudo de avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado preparado por empresa especializada, conforme mencionado na Nota 10.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Critérios para a determinação do custo atribuído (*deemed cost*)

Com base na isenção estabelecida pelo CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade ("CPC 37") e nas diretrizes estabelecidas na ICPC 10 - Esclarecimentos Sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia contratou uma empresa especializada para proceder à avaliação do valor justo dos seus ativos e revisão das vidas úteis, na data-base 31 de dezembro de 2008, para os bens totalmente depreciados. A avaliação patrimonial compreendeu a inspeção física e a mensuração dos ativos, de acordo com normas e diretrizes da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual disciplina conceitos, estabelece os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, define os métodos para determinação dos valores e visa os graus de fundamentação e precisão das avaliações, entre outras prescrições. O escopo da avaliação patrimonial compreendeu todos os ativos relacionados à Usina Hidrelétrica Cachoeira Dourada.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

Critérios para a determinação do custo atribuído (*deemed cost*) --Continuação

O laudo de avaliação foi elaborado considerando o conceito de valor justo dos ativos, incorporando também premissas de avaliação estabelecidas pela ANEEL, visto que os ativos são vinculados à concessão de geração de energia e, conforme estabelecido no contrato de concessão, são reversíveis à União, mediante indenização.

Conforme estabelecido no item 15 do ICPC 10, o laudo de avaliação foi aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 25 de abril de 2011, efetivando dessa forma a avaliação dos ativos, mediante o registro contábil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2009.

2.7. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Ativo intangível --Continuação

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%).

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes:

2.11.1. Reserva Global de Reversão (“RGR”)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783 extinguiu a arrecadação do RGR.

2.11.2. Programas de Eficientização Energética (“PEE”) - Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”).

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.11.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.13. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- ▶ CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18")

A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- ▶ CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45")

O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- ▶ CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36")

A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013--Continuação

- ▶ CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46")

O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- ▶ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")

A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

2.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- ▶ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

▶ IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

▶ Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

▶ Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos

Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

- ▶ Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e contas correntes bancárias	1.206	66.178
Aplicações financeiras	46.590	186.297
Total	<u>47.796</u>	<u>252.475</u>

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações diretas		-
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	77.717
Operações compromissadas	-	42.884
Total de aplicações diretas	-	120.601
Fundos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	22.517	45.321
Operações compromissadas	24.073	20.375
Total de fundos exclusivos	46.590	65.696
Total de aplicações financeiras	46.590	186.297

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	26.884	30.074
Cotas de fundos de investimentos	7.562	31.358
Outros	2.259	4.559
Total de fundos exclusivos	36.705	65.991
Total de títulos e valores mobiliários	36.705	65.991

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

6. Concessionárias, permissionárias e consumidores livres

	A vencer		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cia. Energética de Goiás - CELG	174	136	-	-	174	136
Energia Elétrica- CCEE	8.925	16.097	-	-	8.925	16.097
Legião Energia -CCEAR	9.790	12.823	2.048	2.048	11.838	14.871
Clientes livres	28.077	24.272	3.686	3.906	31.763	28.178
Enertrade Energy	1.636	26.452	-	-	1.636	26.452
Contas a receber com partes relacionadas (a)	1.402	1.053	-	-	1.402	1.053
Subtotal	<u>50.004</u>	<u>80.833</u>	<u>5.734</u>	<u>5.954</u>	<u>55.738</u>	<u>86.787</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.031)	-	(3.031)	-
Total	<u>50.004</u>	<u>80.833</u>	<u>2.703</u>	<u>5.954</u>	<u>52.707</u>	<u>86.787</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
(Adições) Baixas	<u>(3.031)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(3.031)</u>

- a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 14.

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social	8.108	6.285
PIS e COFINS	17.965	1.839
Total	<u>26.073</u>	<u>8.124</u>

A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Tributos diferidos

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a Companhia passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a Companhia.

O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da Companhia, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo será realizado partir de 2015, quando a Companhia passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Imposto de renda		Contribuição social		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Diferenças temporárias						
Remuneração das imobilizações em curso	9.633	9.633	-	-	9.633	9.633
Total de tributos diferidos ativos	9.633	9.633	-	-	9.633	9.633
Passivo						
Diferenças temporárias						
Impostos diferidos sobre o custo atribuído	60.816	60.816	21.894	21.894	82.710	82.710
Total de tributos diferidos passivos	60.816	60.816	21.894	21.894	82.710	82.710
Tributos diferidos						
Ativos (passivos) diferidos	(51.183)	(51.183)	(21.894)	(21.894)	(73.077)	(73.077)

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

8. Tributos diferidos--Continuação

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

<u>Ano de realização</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2015	797	797
2016	797	797
2017	797	797
2018 a 2020	2.391	2.391
2021 a 2023	4.851	4.851
Total	<u>9.633</u>	<u>9.633</u>

9. Depósitos vinculados a litígios

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	28	-
Fiscais	20.396	19.703
Total	<u>20.424</u>	<u>19.703</u>

O saldo de depósitos fiscais é composto substancialmente pela base negativa de contribuição social (CSLL). A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). Posteriormente a Secretaria da Receita Federal cobrou tais valores e a Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil média em anos	Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Geração							
Terrenos		1.139	1.139	-	-	1.139	1.139
Reservatórios	46	241.472	241.424	(153.426)	(148.477)	88.046	92.947
Edificações	30	106.432	106.432	(79.604)	(77.153)	26.828	29.279
Máquinas e equipamentos	34	2.164.814	2.164.184	(1.636.884)	(1.581.721)	527.930	582.463
Veículos	7	745	745	(596)	(558)	149	187
Móveis e utensílios	16	535	530	(378)	(363)	157	167
		2.515.137	2.514.454	(1.870.888)	(1.808.272)	644.249	706.182
Administração							
Terrenos		24	24	-	-	24	24
Edificações	30	2.212	2.212	(1.051)	(977)	1.161	1.235
Máquinas e equipamentos	13	1.528	1.528	(1.127)	(991)	401	537
Veículos	7	48	48	(48)	(48)	-	-
Móveis e utensílios	16	1.325	1.323	(1.236)	(1.219)	89	104
		5.137	5.135	(3.462)	(3.235)	1.675	1.900
Total do imobilizado em serviço		2.520.274	2.519.589	(1.874.350)	(1.811.507)	645.924	708.082
Em curso:							
Geração		49.920	27.466	-	-	49.920	27.466
Administração		1.158	816	-	-	1.158	816
Total do imobilizado em curso		51.078	28.282	-	-	51.078	28.282
		2.571.352	2.547.871	(1.874.350)	(1.811.507)	697.002	736.364

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.518.815	(1.730.328)	788.487	17.788	806.275
Adições	-	(81.296)	(81.296)	11.385	(69.911)
Baixas	(117)	117	-	-	-
Transferência	891	-	891	(891)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.519.589	(1.811.507)	708.082	28.282	736.364
Adições	-	(62.843)	(62.843)	23.481	(39.362)
Transferência	685	-	685	(685)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.520.274	(1.874.350)	645.924	51.078	697.002

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

A Administração entende que a Companhia sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais Informática	16,67%
Veículos	14,29%

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Fornecedores

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo pelo uso do sistema de transmissão	4.910	18.665
Câmara Controle de Energia Elétrica - CCEE	1.666	5.967
Materiais e serviços	8.711	3.811
Fornecedores com partes relacionadas (a)	148	93
Outros	88	117
Total	<u>15.523</u>	<u>28.653</u>

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 14.

12. Obrigações Fiscais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ E CSLL	9.601	11.019
ICMS	950	298
COFINS	2.708	1.797
PIS	587	390
INSS	223	213
Outros	168	134
Total	<u>14.237</u>	<u>13.851</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Parcelamento de tributos

No primeiro trimestre de 2001, com base na Resolução nº 7/2000, do Comitê Gestor do REFIS, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, mediante apresentação da "Declaração REFIS" na qual foi contemplado o saldo devedor consolidado de imposto de renda sobre depreciação acelerada, no montante de R\$33.628, mais encargos de multa e juros correspondentes.

O pagamento está sendo realizado em prestações mensais equivalentes a 1,2% da receita bruta mais juros mensais de acordo com a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). O montante pago no exercício de 2013 foi de R\$ 6.320 (R\$ 7.290 em 2012). O montante da dívida em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 2.370 (R\$ 8.561 em 2012), respectivamente, sendo os montantes classificados no circulante e não circulante de R\$ 1.944 e R\$ 426 em 2013 e de R\$ 5.335 e R\$ 3.226 em 2012, respectivamente.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>REFIS</u>	<u>REFIS</u>
Saldo inicial	8.561	15.480
(-) Pagamentos	(6.320)	(7.290)
(+) Atualização	129	371
Saldo final	<u>2.370</u>	<u>8.561</u>
Circulante	2.370	5.335
Não circulante	-	3.226

A Companhia mantém uma carta de fiança junto ao Banco Itaú no valor total devido como garantia deste programa.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

14. Partes relacionadas

As transações da Companhia com partes relacionadas são como segue:

		31/12/2013			
		Contas a receber		Suprimento de	Despesas
Natureza das operações		de clientes*	Fornecedores*	energia elétrica	operacionais
Ampla Energia e Serviço S.A.	Venda de energia elétrica	772	-	7.350	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	Transporte de energia elétrica	-	117	-	1.170
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	Venda de energia elétrica	630	-	5.310	-
Enel Energy Europe	Serviços	-	31	-	21
Total		<u>1.402</u>	<u>148</u>	<u>12.660</u>	<u>1.191</u>

		31/12/2012			
		Contas a receber		Suprimento de	Despesas
Natureza das operações		de clientes*	Fornecedores*	energia elétrica	operacionais
Ampla Energia e Serviço S.A.	Venda de energia elétrica	586	-	5.379	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	Transporte de energia elétrica	-	93	-	841
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	Venda de energia elétrica	467	-	3.840	-
Total		<u>1.053</u>	<u>93</u>	<u>9.219</u>	<u>841</u>

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 6 e 11).

a) Venda de energia

A venda de energia feita à AMPLA e COELCE seu deu pelo 2o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("2º LEILÃO"), no dia 2 de abril de 2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 001/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº 147, de 23 de fevereiro de 2005.

O Leilão, citado acima, resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica, entre as partes, com potência associada, tendo início o suprimento em 1º de janeiro de 2008 e término no dia 31 de dezembro de 2015, com energia assegurada de 4,039 MW Médios.

No ano de 2013 esse contrato totalizou um montante de R\$ 12.660 (R\$ 9.219 em 2012) em gastos com energia elétrica. Desse montante de 2013, R\$ 5.310 faz parte do contrato com a Coelce e R\$ 7.350 faz parte do contrato com a Ampla Energia.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.427 (R\$ 1.108 em 2012).

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15. Programa de pesquisa e desenvolvimento

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	15.506	14.087
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico F.N.D.C.T	126	213
Ministério de Minas e Energia - M.M.E	80	106
Total	<u>15.712</u>	<u>14.406</u>

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com a resolução nº 316, de 13 de maio de 2008, a Companhia efetua os registros contábeis das obrigações legais de aplicação de recursos em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que são reconhecidas contabilmente, incidindo juros, a partir do segundo mês subsequente de seu reconhecimento, até o mês do efetivo desembolso financeiro. Os juros são calculados mensalmente com base na taxa referencial SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos.

No saldo referente ao programa de pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 15.506, também estão os inclusos valores aplicados em projetos em curso que somam o montante de R\$ 8.056.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda são prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço.

	31/12/2011	31/12/2012			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas	-	4	-	(3)	1
Cíveis	636	86	(103)	(135)	484
Fiscais (a)	649	1.274	1.772	(632)	3.063
Ambientais (b)	3.000	-	-	-	3.000
Total	4.285	1.364	1.669	(770)	6.548

	31/12/2012	31/12/2013			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhista	1	310	37	-	348
Cíveis	484	270	135	-	889
Fiscais (a)	3.063	-	144	(45)	3.162
Ambientais (b)	3.000	-	-	-	3.000
Total	6.548	580	316	(45)	7.399

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foram estimadas como prováveis.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) **Compensação de débitos de CSLL e IRPJ**

A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não é suficiente para pagar o valor devido uma vez que a Companhia não calculou corretamente os juros no pagamento efetuado em 2001 e não incluiu juros nem multa na compensação efetuada em 2005.

Em sua defesa, a Companhia argumenta que seu crédito é suficiente. Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado em dezembro de 2013 de R\$ 2.660.

A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Em 30 de abril de 2013 a Companhia apresentou embargos de declaração que foi rejeitado. Em 22 de novembro de 2013 os autos foram encaminhados à Delegacia da Receita Federal de Goiânia para Revisão de Ofício.

b) **Contingências ambientais**

A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão.

Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Principais riscos possíveis

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Trabalhistas	-	228
Cíveis	55	5.436
Fiscais (a)	17.343	16.805
	<u>17.398</u>	<u>22.469</u>

a) Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a Companhia em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999).

A Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. Foi apresentado recurso de apelação e em 24 de abril de 2012 foi negado provimento ao recurso. A Companhia apresentou embargos de declaração, que também foi negado provimento em 11 de junho de 2013. Em 29 de outubro de 2013, a CDSA apresentou recurso especial e aguarda julgamento. O valor atualizado do processo é de R\$16.609 (R\$16.094 mil em 2012).

A Companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$ 734 em 31 de dezembro de 2013.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Endesa Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,6
Ações em tesouraria	-	-	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,1	7.185.789	0,25
Total	1.031.120.660	100	1.894.930.206	100	2.926.050.866	100

Por deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013, foi aprovada a redução de capital da Companhia no montante de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais) com restituição aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, sem alteração na quantidade de ações da companhia.

b) Dividendo mínimo obrigatório

	31/12/2013		31/12/2012	
	Dividendos totais	Por lote de R\$ mil de ações	Dividendos totais	Por lote de R\$ mil de ações
Lucro líquido do exercício	337.573	115,37	374.904	134,31
	25%		25%	
Dividendos mínimos obrigatórios	84.393	28,84	93.726	33,58
Ações preferenciais	54.653	28,84	60.698	33,58
Ações ordinárias	29.740	28,84	33.028	33,58
Dividendos efetivos no ano:				
Intercalares	240.000	82,02	287.830	98,37
Ações preferenciais	155.426	82,02	186.401	98,37
Ações ordinárias	84.574	82,02	101.429	98,37
Dividendos adicionais	135.397	46,27	142.996	48,87
Ações preferenciais	87.684	46,27	92.605	48,87
Ações ordinárias	47.713	46,27	50.391	48,87

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

b) Dividendo mínimo obrigatório--Continuação

Por deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2013, foram deliberados dividendos no montante de R\$ 142.996, referentes ao lucro líquido do exercício de 2012, sendo pago em dia 10 de dezembro de 2013.

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de novembro de 2013 foram deliberados dividendos no montante de R\$ 240.000, sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e referentes ao lucro líquido apurado até no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013. O montante foi pago no dia 10 de dezembro de 2013

c) Dividendo adicionais

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2013, além dos dividendos deliberados antecipadamente sob a forma de dividendos intercalares pelo Conselho de Administração da Companhia, no montante de R\$240.000, a Administração está propondo dividendos adicionais de R\$135.397, perfazendo o total de distribuição proposto de R\$375.394.

d) Reserva legal

A Companhia não constitui reserva legal em 2013 e 2012 face ao fato das reservas de capital, exceder em mais de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, com saldo em 31 de dezembro 2013 e 2012 de R\$126.831 e R\$219.970, respectivamente, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia, conforme mencionado na Nota 1.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

18. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	511.697	623.179
Outras receitas	271	87
Total da receita bruta	<u>511.968</u>	<u>623.266</u>
Deduções da receita bruta		
PIS/PASEP	(3.326)	(4.567)
COFINS	(15.353)	(20.802)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.797)	(5.841)
Quota para reversão global de reversão	(7.230)	(7.913)
Total das deduções da receita bruta	<u>(30.706)</u>	<u>(39.123)</u>
Receita líquida	<u>481.262</u>	<u>584.143</u>

19. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(9.015)	(1.598)	(3.949)	(14.562)	(11.655)
Administradores	-	-	(1.463)	(1.463)	(1.107)
Material	(772)	-	(44)	(816)	(671)
Serviços de terceiros	(4.082)	(683)	(2.738)	(7.503)	(6.506)
Energia elétrica comprada para revenda	(29.917)	-	-	(29.917)	(45.633)
Transporte de potência de energia	(25.642)	-	-	(25.642)	(46.030)
Depreciação e amortização	(62.809)	-	(290)	(63.099)	(81.581)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(580)	(580)	(1.364)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.031)	-	(3.031)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(11.336)	-	-	(11.336)	(18.305)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.716)	-	-	(1.716)	(1.975)
Outras despesas operacionais	(2.071)	(258)	(611)	(2.940)	(3.059)
Total	<u>(147.360)</u>	<u>(5.570)</u>	<u>(9.675)</u>	<u>(162.605)</u>	<u>(217.886)</u>

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	31.803	31.359
Atualização monetária - CELG	2.891	11.530
Atualização crédito PIS/COFINS	15.412	-
Outras receitas financeiras	1.791	5.843
Total das receitas financeiras	51.897	48.732
Despesas financeiras		
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(316)	(1.669)
Variações monetárias diversas	(39)	(55)
Despesas bancárias	(18)	(21)
Atualização financeira sobre parcelamentos	(129)	(371)
Correção P&D	(611)	(934)
Outras despesas	(1.066)	(2.744)
Total das despesas financeiras	(2.179)	(5.794)
Resultado financeiro	49.718	42.938

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta Companhia, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Faturamento - Suprimento de energia	511.697	623.179	511.697	623.179
Alíquota aplicável	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	40.936	49.854	61.404	74.781
Demais receitas	44.311	56.355	44.311	56.355
Base de cálculo	85.247	106.209	105.715	131.136
Alíquota aplicável do imposto de renda (15%) e da contribuição social (9%)	15%	15%	9%	9%
	12.787	15.931	9.514	11.802
Alíquota aplicável do adicional de imposto de renda (10%)	8.501	10.597	-	-
Ajuste de IRPJ CSLL sobre exercícios anteriores		354		(4.393)
Imposto de renda e contribuição social	21.288	26.882	9.514	7.409

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2013		31/12/2012	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	47.796	47.796	252.475	252.475
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	36.705	36.705	65.991	65.991
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	Empréstimos e recebíveis	2	52.707	52.707	85.734	85.734
Depositos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	2	20.424	20.424	19.703	19.703
Passivo						
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	15.523	15.523	28.560	28.560
Parcelamento de tributos	Outros passivos financeiros	2	2.370	2.370	8.561	8.561

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

23. Compromissos

A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R\$ 5.382.520.

	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Receita bruta	459.660	473.515	481.581	503.441	517.155	2.947.168

24. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante estimado dessa participação para o exercício de 2013 foi de R\$ 1.884 (R\$ 1.413 em 2012).

25. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$1.447.652, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$756.919 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.129.250. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$451.700 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$1.129.250 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2013	31/10/2014	R\$ 1.447.652	R\$ 1.129.250
Responsabilidade civil	01/11/2013	31/10/2014	N/A	R\$ 1.129.250

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

26. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (“IN 1.397”) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (“MP 627”) que: revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.